

L E I nº 3.094/2011

Data : 04 de março de 2011.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a outorgar concessão de direito real de uso de imóvel à *MITRA DIOCESANA DE JACAREZINHO(PR)*, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar concessão de direito real de uso do imóvel à *MITRA DIOCESANA DE JACAREZINHO(PR)*, pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação de atividades de organizações religiosas da Igreja Católica Apostólica Romana, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 78.212.669/0001-34, um terreno com a área de 1.116,00 m² (hum mil, cento e dezesseis metros quadrados), três mil, com a seguinte descrição: “Inicia-se no ponto de nº 01 defronte para a Rua Projetada B, aí segue confrontando com a mesma rua num total de 31,00 m (trinta e um metros) até o ponto de nº 02, aí deflete à esquerda confrontando com o lote remanescente deste memorial da mesma quadra e segue num total de 36,00 m (trinta e seis metros) até o ponto de nº 03, aí deflete à esquerda e segue num total de 31,00 m (trinta e um metros) confrontando com a Rua Projetada A até o ponto de nº 04, aí deflete à esquerda e segue num total de 36,00 m (trinta e seis metros), confrontando com a Rua João Siqueira até o ponto de nº 01, fechando assim um polígono regular com área de 1.116,00 m² (hum mil, cento e dezesseis metros quadrados), destacado de uma área maior de 3.322,44 m² (três mil, trezentos e vinte e dois metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), a que se refere a Matrícula nº 13.136 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Bandeirantes(PR), avaliado em R\$-2.700,72 (dois mil, setecentos reais e setenta e dois centavos).

§ 1º - A concessão contida no “caput” deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação à concessionária que será outorgada pelo Município.

Art. 2º - O imóvel destina-se a edificação de uma capela e salão para reuniões e outros fins religiosos.

Art. 3º - O imóvel não poderá ser hipotecado, penhorado, arrestado, seqüestrado, arrecadado, ou por qualquer forma onerado, nem alienado, o que constará como ônus no registro imobiliário.

Art. 4º - A mudança, em qualquer tempo, da destinação do imóvel, dependerá da prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 04 de março de 2011.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal